

CONTRATO N. 012/2020

CONTRATO Nº 012/2020, SISTEMA DE GESTÃO DE PROCESSOS ELETRÔNICOS – SGP-E PIMB Nº 0504/2020 CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAÇÃO DE TESTES DE ISOLAÇÃO ELÉTRICA EM EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL – EPI, EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO COLETIVA - EPC E FERRAMENTAL PARA TRABALHOS EM INSTALAÇÕES ELÉTRICAS, firmado entre a SCPAR Porto de Imbituba S.A. e a empresa Fasc Serviços em segurança do trabalho LTDA, na forma abaixo.

CONTRATANTE

SCPAR PORTO DE IMBITUBA S.A.	
CNPJ: 17.315.067/0001-18	
ENDEREÇO: Av. Presidente Vargas nº 100	
CEP: 88.780-000	MUNICÍPIO: IMBITUBA/SC
REPRESENTANTE(S) LEGAL(IS):	
NOME: JAMAZI ALFREDO ZIEGLER	
CPF/MF: 691.613.309-06	CARGO: DIRETOR PRESIDENTE
NOME: ALEXANDRE PINTER	
CPF/MF: 031.652.849-89	CARGO: DIRETOR

CONTRATADA

FASC SERVICOS EM SEGURANCA DO TRABALHO LTDA	
CNPJ: 07.224.026/0001-62	
ENDEREÇO: Avenida Gomes Jardim, 520, Alegria	
CEP: 92.727-010	MUNICÍPIO: GUÍBA/RS
REPRESENTANTE(S) LEGAL(IS):	
NOME: JOÃO FRANCISCO STANGHERLIN	
CPF/MF: 270.738.400-30	CARGO: SÓCIO ADMINISTRADOR

As partes acima identificadas resolvem firmar o presente contrato para **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAÇÃO DE TESTE DE ISOLAÇÃO ELÉTRICA**, decorrente da **Dispensa de Licitação n. 002/2020**, com fundamento no Artigo 29, inciso II, da Lei nº 13.303 e no Regulamento de Licitações e Contratos da SC Par Porto de Imbituba S.A., nos termos e condições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA - Do Objeto

O presente contrato tem por objeto a contratação de empresa para realização de teste de isolação elétrica, conforme **Termo de Referência (ANEXO I)**.



§1º Fazem parte do presente contrato, vinculando e obrigando as partes, a **Dispensa de Licitação n. 002/2020, o Termo de Referência (ANEXO I)** e a proposta da CONTRATADA juntada aos autos do PIMB 0504/2020.

§2º Este contrato será regido pela Lei nº 13.303/2016, Regulamento de Licitações e Contratos da SCPAR Porto de Imbituba e pelos preceitos de direito público, aplicando-se-lhe, supletivamente os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

CLÁUSULA SEGUNDA – Do Preço e das Condições de Pagamento.

I - Do Preço

O valor total para a prestação do serviço objeto deste Contrato, conforme **Termo de Referência (ANEXO I)** é de **R\$ 5.015,56 (cinco mil, quinze reais e cinquenta e seis centavos)**.

EQUIPAMENTO	UNIDADE	QUANTIDADES			VALOR UNITÁRIO (RS)	VALOR TOTAL (R\$)
		1º CICLO	2º CICLO	TOTAL ESTIMADO ANUAL		
Luva isolante	Peça	20	20	40	16,00	640,00
Sapato de segurança para eletricitista	Par	7	7	14	16,00	224,00
Tapete isolante de borracha	Peça	37	40	77	25,00	1925,00
Vara de manobra seccionável	Elemento	14	0	14	20,00	280,00
Vara de manobra telescópica (9 elementos)	Unidade	1	0	1	25,00	25,00
Aterramento temporário	Elemento	12	0	12	25,00	300,00
Capacete classe B	Peça	5	2	7	8,00	56,00
Detector de tensão	Peça	2	0	2	17,00	34,00
Escada de fibra de abrir	Unidade	2	0	2	60,00	120,00
Escada de fibra extensível (2 lances)	Unidade	1	0	1	60,00	60,00
Ponteira de multímetro	Par	9	0	9	17,00	153,00
Ponteira de terrômetro / megômetro	Peça	5	0	5	17,00	85,00
Ferramentas	Peça	117	0	117	8,00	936,00

manuais isoladas*						
ART / TRT	SV	1	1	2	88,78	177,56
TOTAL:					5.015,00	

II - Das Condições de Pagamento

O pagamento será:

Efetuada em até 15 (quinze) dias úteis após a emissão da nota fiscal. A nota fiscal só poderá ser emitida após a aprovação da FISCALIZAÇÃO, no recebimento definitivo descrito no subitem 7.3, referente aos serviços efetivamente realizados em cada ciclo.

Sustado se verificada execução defeituosa do Contrato, ou enquanto persistirem restrições quanto aos serviços prestados no período a que a mesma se refere. Também será sustado o pagamento se existente débito pendente de satisfação para com a Contratante ou com terceiros, relacionados com o Contrato.

§1º Vencido o prazo estabelecido e não efetuado o pagamento, os valores serão corrigidos com base nos mesmos critérios adotados para a atualização das obrigações tributárias, em observância ao que dispõe o artigo 117 da Constituição Estadual e o artigo 125, inciso IV, do Regulamento de Licitações e Contratos da SCPAR Porto de Imbituba S.A.

III- Do reajuste dos preços

O valor contratado não será reajustado, sendo fixo e único, estando inclusos todos e quaisquer ônus, quer sejam tributários, fiscais ou trabalhistas, seguros, impostos e taxas, transporte, frete e quaisquer outros encargos necessários ao fornecimento do objeto do Contrato.

CLÁUSULA TERCEIRA – Da Vigência

Prazo de Vigência do Contrato: O contrato será de 12 (doze) meses, após assinatura do instrumento contratual, podendo ser renovado até o limite previsto no art. 71 da Lei nº 13.303, a critério da contratante. Os ensaios serão realizados uma vez por semestre, em data previamente agendada e acordada entre a CONTRATADA e o setor de SSMA da SCPAR Porto de Imbituba.

CLÁUSULA QUARTA - Da Dotação Orçamentária

As despesas decorrentes da execução do objeto do presente Contrato correrão à conta de recursos próprios da CONTRATANTE.

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Além de outras obrigações estabelecidas neste Instrumento, no **Termo de Referência (ANEXO I)**, ou nas leis vigentes, particularmente na Lei nº 13.303/2016, ou que entrarem em vigor, constituem obrigações do Contratado:

- atender a todas as solicitações de contratação efetuadas durante a vigência do Contrato;
- manter todas as condições de habilitação e qualificações exigidas neste instrumento e no **Termo de Referência (ANEXO I)**;
- assumir a responsabilidade pelos encargos sociais e outros, pertinentes à execução dos serviços, bem como taxas, impostos, fretes e demais despesas, diretas e indiretas, incidentes sobre o(s) mesmo(s);
- responsabilizar-se por todas e quaisquer despesas, inclusive despesa de natureza previdenciária, fiscal, trabalhista ou civil, bem como emolumentos, ônus ou encargos de qualquer espécie e origem, pertinentes à execução do objeto do Contrato;

- e) reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados, e responderá por danos causados diretamente a terceiros ou à empresa pública ou sociedade de economia mista, independentemente da comprovação de sua culpa ou dolo na execução do contrato.
- f) submeter-se à fiscalização por parte do Contratante;
- g) obter e manter, durante todo o prazo de vigência do contrato, todas as autorizações, alvarás e licenças, seja de que natureza forem, porventura exigidas para a o cumprimento do objeto;
- h) cumprir com exatidão todos os termos e condições fixados pelo **Termo de Referência (ANEXO I)** a este instrumento contratual;
- i) designar 01 (um) preposto como responsável pelo Contrato firmado com a Contratante, para participar de eventuais reuniões e ser o interlocutor do CONTRATADO, zelando pelo fiel cumprimento das obrigações previstas neste Instrumento;
- j) comunicar obrigatória e previamente à Contratante, por carta e/ou e-mail, o recebimento de qualquer determinação, inclusive as provenientes de decisões ou sentenças judiciais, que implique débito ou bloqueio na conta corrente e/ou conta salário, na qual o beneficiário recebe o crédito do Contratante;
- k) não subcontratar, ceder ou transferir, totalmente o objeto deste contrato. Eventuais subcontratações deverão ser feitas formalmente entre a CONTRATADA e a subcontratada, mediante a aprovação da CONTRATANTE, devendo ser apresentado a cópia do contrato entre as partes.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

A CONTRATANTE obrigará-se-á a:

- a) emitir Contrato do objeto;
- b) comunicar à Contratada toda e qualquer ocorrência relacionada com a execução dos serviços;
- c) pagar à Contratada o preço ajustado, de acordo com a forma de pagamento estipulada neste instrumento e seus anexos;
- d) rejeitar, no todo ou em parte, os serviços realizados pela Contratada fora das especificações deste instrumento;
- e) fiscalizar e acompanhar a execução do Contrato, segundo seu interesse, sob os aspectos qualitativos e quantitativos, relatando irregularidades, quando for o caso;
- f) aplicar as sanções administrativas, quando se fizerem necessárias;
- g) prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela Contratada.

CLÁUSULA SÉTIMA – Da Fiscalização

A CONTRATANTE exercerá, através de trabalhador indicado pela diretoria da SCPAR Porto de Imbituba S.A., a fiscalização dos serviços, observando o fiel cumprimento do disposto neste Contrato.

Parágrafo único - A fiscalização de que trata esta Cláusula, não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade e, na ocorrência desta, não implica co-responsabilidade da CONTRATANTE.

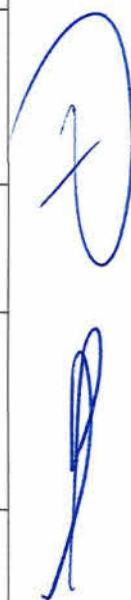
CLÁUSULA OITAVA - Matriz De Riscos

A SCPAR Porto de Imbituba e o contratado, tendo como premissa a obtenção do melhor custo contratual mediante a alocação do risco à parte com maior capacidade para geri-lo e absorvê-lo, identificam os riscos decorrentes da relação contratual e, sem prejuízo de outras previsões contratuais, estabelecem os respectivos responsáveis na Matriz de Riscos conforme abaixo:



Parágrafo Primeiro - É vedada a celebração de aditivos decorrentes de eventos supervenientes alocados na Matriz de Riscos como de responsabilidade do contratado.

CATEGORIA DO RISCO	DESCRIÇÃO	CONSEQUÊNCIA	MEDIDAS MITIGADORAS	ALOCÇÃO DO RISCO
Risco atinente ao Tempo da Execução	Atraso na execução do objeto contratual por culpa do Contratado.	Aumento do custo do produto e/ou do serviço.	Diligência do Contratado na execução contratual.	Contratado
	Fatos retardadores ou impeditivos da execução do Contrato próprios do risco ordinário da atividade empresarial ou da execução.	Aumento do custo do produto e/ou do serviço.	Planejamento empresarial.	Contratado
	Fatos retardadores ou impeditivos da execução do Contrato que não estejam na sua álea ordinária, tais como fatos do príncipe, caso fortuito ou de força maior, bem como o retardamento determinado pela SCPAR Porto de Imbituba, que comprovadamente repercute no preço do Contratado.	Aumento do custo do produto e/ou do serviço.	Revisão de preço.	SCPar Porto de Imbituba
Risco da Atividade Empresarial	Alteração de enquadramento tributário, em razão do resultado ou de mudança da atividade empresarial, bem como por erro do Contratado na avaliação da hipótese de incidência tributária.	Aumento ou diminuição do lucro do Contratado.	Planejamento tributário.	Contratado
	Varição da taxa de câmbio.	Aumento ou diminuição do custo do produto e/ou do serviço.	Instrumentos financeiros de proteção cambial (hedge).	Contratado
	Elevação dos custos operacionais para o desenvolvimento da atividade empresarial em geral e para a execução do objeto em particular, tais como aumento de preço de insumos, prestadores de serviço e mão de obra.	Aumento do custo do produto e/ou do serviço.	Reajuste anual de preço.	SCPar Porto de Imbituba
	Elevação dos custos operacionais definidos na linha anterior, quando superior ao índice de reajuste previsto na Cláusula de Equilíbrio Econômico Financeiro do Contrato.	Aumento do custo do produto e/ou do serviço.	Planejamento empresarial.	Contratado
Riscos Trabalhista e Previdenciário	Responsabilização da SCPAR Porto de Imbituba por verbas trabalhistas e previdenciárias dos profissionais do Contratado alocados na execução do objeto contratual.	Geração de custos trabalhistas e/ou previdenciários para a SCPAR Porto Imbituba, além de eventuais honorários advocatícios, multas e verbas sucumbenciais.	Ressarcimento, pelo Contratado, ou retenção de pagamento e compensação com valores a este devidos, da quantia despendida pela SCPAR Porto de Imbituba.	Contratado




Risco Tributário e Fiscal (Não Tributário)	Responsabilização da SCPAR Porto de Imbituba por recolhimento indevido em valor menor ou maior que o necessário, ou ainda de ausência de recolhimento, quando devido, sem que haja culpa do SCPAR Porto de Imbituba.	Débito ou crédito tributário ou fiscal (não tributário).	Ressarcimento, pelo Contratado, ou retenção de pagamento e compensação com valores a este devidos, da quantia despendida pela SCPAR Porto de Imbituba.	Contratado
---	--	--	--	------------

CLÁUSULA NONA - Da Rescisão

Constituem motivo para rescisão do contrato, conforme Lei nº 13.303/2016 e Regulamento de Licitações e Contratos da SCPAR Porto de Imbituba S.A.:

I - o descumprimento de obrigações contratuais;

II - a alteração da pessoa da Contratada, mediante:

a) a subcontratação parcial do seu objeto, a cessão ou transferência, total ou parcial, a quem não atenda às condições de habilitação e sem prévia autorização da SCPAR Porto de Imbituba S.A.

b) a fusão, cisão, incorporação, ou associação do Contratada com outrem sem prévia autorização da SCPAR Porto de Imbituba S.A.

III - o desatendimento das determinações regulares do gestor ou fiscal do contrato;

IV - o cometimento reiterado de faltas na execução contratual;

V - a dissolução da sociedade ou o falecimento do Contratada;

VI - a decretação de falência ou a insolvência civil do Contratada;

VII - a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da Contratada, desde que prejudique a execução do contrato;

VIII - o atraso nos pagamentos devidos pela SCPAR Porto de Imbituba S.A. decorrentes de obras, serviços ou fornecimentos, ou parcelas destes já recebidos ou executados, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado ao Contratado o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação;

IX - a não liberação, por parte da SCPAR Porto de Imbituba S.A., de área, local ou objeto para execução de obra, serviço ou fornecimento, nos prazos contratuais, bem como das fontes de materiais naturais especificadas no projeto;

X - a ocorrência de caso fortuito, força maior ou fato do príncipe, regularmente comprovada, impeditiva da execução do contrato;

XI - o descumprimento da proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de 18 (dezoito) anos e de qualquer trabalho a menores de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos;

XII - o perecimento do objeto contratual, tornando impossível o prosseguimento da execução da avença;

XIII - a não aceitação da recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, uma vez comprovada em planilha de custos e pesquisas de mercado a redução dos encargos do Contratado;

XIV - ter frustrado ou fraudado, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo de procedimento licitatório;

XV - ter afastado ou procurado afastar licitante, por meio de fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo; ter fraudado licitação ou contrato dela decorrente;

XVI - ter criado, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para participar de licitação ou celebrar contrato administrativo;

XVII - ter obtido vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações de contratos celebrados com a SCPAR Porto de Imbituba S.A., sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação ou nos respectivos instrumentos contratuais;



XVIII - ter manipulado ou fraudado o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos celebrados com a SCPAR Porto de Imbituba S.A.;

XIX - ter dificultado atividade de investigação ou fiscalização de órgãos, entidades ou agentes públicos, ou ter intervindo em sua atuação, inclusive no âmbito das agências reguladoras e dos órgãos de fiscalização.

§1º rescisão do contrato com base nos incisos desta Cláusula poderá ocorrer por ato unilateral da Contratante, devendo ser assegurado o contraditório e o direito de prévia e ampla defesa.

§2º A rescisão poderá ser amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo de contratação, desde que haja conveniência para a SCPAR Porto de Imbituba S.A.;

§3º A rescisão poderá ser judicial nos termos da legislação.

§4º Em caso de rescisão por inexecução total ou parcial do contrato, a Contratada reconhece os direitos desta Administração Pública, conforme previsto no art. 125, inciso X, do Regulamento de Licitações e Contratos da SCPAR Porto de Imbituba S.A.

CLÁUSULA DÉCIMA - Das Sanções Administrativas

As empresas que não cumprirem as normas de licitação e as obrigações contratuais assumidas estarão sujeitas às sanções e penalidades estabelecidas na Lei Federal nº 13.303/2016 e Regulamento de Licitações e Contratos da SCPAR Porto de Imbituba, quais sejam:

I – Advertência.

II – Multa:

a) 5% do valor máximo estabelecido para a contratação, em decorrência da interposição de recursos meramente procrastinatórios;

b) 5% do valor máximo estabelecido para a contratação, em decorrência da não regularização da documentação de habilitação, nos termos do artigo 80, §5º, e do artigo 114, §2º, do Regulamento de Licitações e Contratos da SCPAR Porto de Imbituba;

c) 10% do valor correspondente à parcela não executada ou do saldo remanescente do contrato, nos demais casos de atraso;

d) 20% sobre o valor da parcela não executada ou do saldo remanescente do contrato, no caso de inexecução parcial;

e) 30% sobre o valor da parcela não executada ou do saldo remanescente do contrato, no caso de inexecução total.

III – Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a SCPAR Porto de Imbituba, pelo prazo de até 2 (dois) anos;

§1º As penalidades aplicadas serão registradas no cadastro da licitante/contratada.

§2º Nenhum pagamento será realizado à contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

§3º O pagamento de multa contratual não afasta o dever de indenizar o prejuízo a ela excedente suportado pela SCPAR Porto de Imbituba.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – Das Disposições Gerais

I - A CONTRATANTE poderá solicitar a qualquer tempo, quaisquer documentos da CONTRATADA, para comprovação de regularidade de situação cadastral ou da contratação dos empregados envolvidos na prestação do serviço e demais documentos considerados pertinentes pela CONTRATANTE.

II - Todas as comunicações referentes à execução dos serviços contratados, inclusive qualquer alteração do estatuto social, razão social, CNPJ, dados bancários, endereço, telefone ou outros dados pertinentes, serão consideradas como regularmente feitas, se entregues ou remetidas pela CONTRATADA na sede da CONTRATANTE devidamente protocolizadas.



III - Só será permitida a permanência do empregado designado pela CONTRATADA nas dependências da CONTRATANTE, durante o período em que estiver prestando os serviços.

IV - A CONTRATADA poderá aceitar os acréscimos ou as supressões que se fizerem necessários, na forma dos § 1º do art. 81, da Lei 13.303/2016.

V - A celebração do presente Contrato não acarretará qualquer vínculo empregatício entre a CONTRATANTE e os empregados indicados pela CONTRATADA para execução dos serviços. Caso a CONTRATANTE, a qualquer tempo, venha a ser notificada ou citada, administrativa ou judicialmente em relação a processos envolvendo obrigações trabalhistas ou previdenciárias pertinentes as relações de emprego, a CONTRATADA obriga-se a responder pronta e exclusivamente perante tais reivindicações.

VI - A CONTRATADA deverá manter, durante toda a execução do Contrato, compatibilidade com as obrigações assumidas, bem como com as condições de qualificação e habilitação exigidas pela legislação em vigor.

VII - Os casos omissos ou situações não explicitadas nas Cláusulas deste Contrato serão decididos segundo as disposições contidas na Lei n.º 13.303/2016 e suas alterações posteriores, Regulamentos de Licitações e Contratos da SCPAR Porto de Imbituba S.A e demais regulamentos e normas administrativas.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - Do Foro

Fica eleito o foro da Comarca de Imbituba - SC para dirimir dúvidas ou questões oriundas do presente Contrato.

E por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente Instrumento Contratual em 2 (duas) vias iguais e rubricadas para todos os fins de direito, na presença das testemunhas abaixo.

Imbituba, 28 de fevereiro de 2020.

Pela SCPAR PORTO DE IMBITUBA S.A.



JAMAZI ALFREDO ZIEGLER
Diretor Presidente
SCPAP Porto de Imbituba S. A.



ALEXANDRE PINTER
Diretor Administrativo, Comercial e Financeiro
SCPAP Porto de Imbituba S. A.

Pela CONTRATADA



JOÃO FRANCISCO STANGHERLIN
Sócio Administrador

Testemunhas:

NOME:
CPF:

NOME:
CPF:

ANEXO 1 - TERMO DE REFERÊNCIA

TERMO DE REFERÊNCIA PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAÇÃO DE TESTE DE ISOLAÇÃO ELÉTRICA

1 - OBJETO

Contratação de empresa para realização de testes de isolação elétrica em Equipamentos de Proteção Individual – EPI, Equipamentos de Proteção Coletiva - EPC e ferramental para trabalhos em instalações elétricas.

2 – QUANTIDADE E ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO

2.1 – Os ensaios elétricos devem ser realizados em conformidade com as normas vigentes (ABNT, ASTM, NR-10, etc), e deverá atender a periodicidade prevista na TABELA 1.

TABELA 1

EQUIPAMENTO	PERIODICIDADE
Luva isolante	6 meses
Sapato de segurança para eletricista	6 meses
Tapete isolante de borracha	6 meses
Vara de manobra	12 meses
Capacete classe B	12 meses
Detector de tensão	12 meses
Escada de fibra	12 meses
Ferramentas manuais isoladas	12 meses

2.1.1 – Respeitando a periodicidade prevista na TABELA 1, deverão ser realizados dois ciclos de ensaios:

- No primeiro ciclo de ensaio serão testados todos os itens;
- No segundo ciclo serão testados os itens que exigem testes semestrais.

2.1.2 – O quantitativo anual dos itens a serem ensaiado segue na TABELA 2. Salienta-se que estes quantitativos são ESTIMATIVAS, sendo que as quantidades efetivamente ensaiadas poderão ser inferiores.

TABELA 2

EQUIPAMENTO	UNIDADE	QUANTIDADES		
		1º CICLO	2º CICLO	TOTAL ESTIMADO ANUAL
Luva isolante	Peça	20	20	40
Sapato de segurança para eletricitista	Par	7	7	14
Tapete isolante de borracha	Peça	37	40	77
Vara de manobra seccionável	Elemento	14	0	14
Vara de manobra telescópica (9 elementos)	Unidade	1	0	1
Aterramento temporário	Elemento	12	0	12
Capacete classe B	Peça	5	2	7
Detector de tensão	Peça	2	0	2
Escada de fibra de abrir	Unidade	2	0	2
Escada de fibra extensível (2 lances)	Unidade	1	0	1
Ponteira de multímetro	Par	9	0	9
Ponteira de terrômetro / megômetro	Peça	5	0	5
Ferramentas manuais isoladas*	Peça	117	0	117
Serviço in loco (deslocamento)	SV	1	1	2
ART / TRT	SV	1	1	2

* Incluem-se neste item alicates, chaves de fenda, chaves de boca, etc., isoladas para 1.000V

2.2 – Após a realização de cada ciclo de ensaios, a CONTRATADA deverá emitir um Relatório Técnico dos testes de isolamento elétrica realizados nos equipamentos.

2.2.1 – Os Relatórios Técnicos deverão possuir assinatura do Responsável Técnico da CONTRATADA.

2.2.2 – Os Relatórios Técnicos deverão conter no mínimo as seguintes informações:

- Número do Relatório;
- Data da realização dos ensaios;
- Descrição, marca e quantidade dos equipamentos ensaiados;
- Temperatura ambiente;
- Umidade Relativa do ar;
- Normas aplicáveis a cada ensaio realizado;
- Descrição do método de ensaio (tensão aplicada, etc.);
- Resultados das medições realizadas (corrente de fuga, etc.);

- i) Conclusões dos ensaios elétricos (aprovação ou reprovação de cada item);
- j) Nome completo e nº de registro no respectivo Conselho, do Responsável Técnico da CONTRATADA.

2.3 – Cada equipamento de proteção ou ferramenta ensaiado deverá ser devidamente identificado, de forma indelével, com um sistema de rastreabilidade que permita acompanhar o histórico de cada ferramenta ou equipamento ensaiado. As identificações colocadas nos equipamentos de proteção e ferramentas (código de rastreabilidade) deverão estar condizentes com o Relatório Técnico, permitindo a fácil identificação de cada item a partir do relatório;

2.4 – Caso algum equipamento de proteção ou ferramenta seja REPROVADO durante os ensaios, deverá constar no Relatório Técnico, com o motivo pelo qual o equipamento foi reprovado, com a identificação do equipamento;

2.5 – Para cada Relatório Técnico deverá ser emitida a respectiva ART – Anotação de Responsabilidade Técnica ou TRT – Termo de Responsabilidade Técnica perante o órgão de classe pertinente ao profissional que assina o relatório.

3 – LOCAL DE ENTREGA/ FORNECIMENTO DO OBJETO

3.1 – Os testes de isolamento deverão ser realizados nas dependências da SCPAR Porto de Imbituba;

3.2 – Os ensaios serão realizados uma vez por semestre, em data previamente agendada e acordada entre a CONTRATADA e o setor de SSMA da SCPAR Porto de Imbituba, no seguinte endereço: Av. Presidente Vargas, 100, Centro, Imbituba, Santa Catarina, CEP 88780-000;

3.3 – Na data que for definida para realização de ensaios, a CONTRATADA deverá disponibilizar toda a estrutura necessária (profissionais e instrumentos), através de unidade móvel, durante o horário de expediente da SCPAR Porto de Imbituba (8:00 às 12:00 e 13:30 às 17:30). Durante este período, a estrutura deverá estar preparada para a realização dos ensaios a qualquer momento. Caso chova no dia agendado, será agendada nova data.

4 – OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS DA CONTRATADA

4.1 – Cumprir a legislação e as Normas Técnicas da ABNT inerentes à sua atividade;

4.2 – Cumprir fielmente com todas as obrigações do Termo de Referência;

4.3 – Atender a todas as solicitações de contratação efetuadas durante a vigência do Contrato;

4.4 – Manter todas as condições de habilitação e qualificações exigidas para a contratação;

4.5 – Assumir a responsabilidade pelos encargos sociais e outros, pertinentes ao fornecimento do(s) produto(s), bem como taxas, impostos, fretes e demais despesas, diretas e indiretas, incidentes sobre o(s) mesmo(s);

4.6 – A CONTRATADA é obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, e responderá por danos causados diretamente a terceiros ou à empresa pública ou sociedade de economia mista, independente da comprovação de sua culpa ou dolo na execução do contrato (Art. 76 da Lei N° 13.303, de 30 de junho de 2016);

4.7 – Responsabilizar-se por quaisquer danos ou prejuízos, físicos ou materiais, causados à CONTRATANTE ou a terceiros, pelos seus prepostos, advindos de imperícia, negligência, imprudência ou desrespeito às normas de segurança, quando da execução do fornecimento;

4.8 – Submeter-se à fiscalização por parte da Contratante;

4.9 – A contratada é responsável por obter e manter, durante todo o prazo de vigência do contrato, todas as autorizações, alvarás e licenças, seja de que natureza forem, porventura exigidas para a o cumprimento do objeto licitado;



4.10 – Não subcontratar, ceder ou transferir, totalmente o objeto deste contrato. Eventuais subcontratações deverão ser feitas formalmente entre a CONTRATADA e a subcontratada, mediante a aprovação da CONTRATANTE, devendo ser apresentado a cópia do contrato entre as partes;

4.11 - Iniciar e concluir os serviços nos prazos estipulados;

4.12 - Comunicar aos Fiscais do contrato, por escrito e tão logo constatado problema ou a impossibilidade de execução de qualquer obrigação contratual, para a adoção das providências cabíveis;

5 – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

5.1 – Emitir Contrato do(s) objeto(s) licitado(s);

5.2 – Comunicar à Contratada toda e qualquer ocorrência relacionada com a aquisição do(s) serviço(s);

5.3 – Pagar à Contratada o preço ajustado, de acordo com a forma de pagamento estipulada neste contrato;

5.4 – Rejeitar, no todo ou em parte, o(s) serviço(s) entregue(s) pela Contratada fora das especificações do Termo de Referência;

5.5 – Fiscalizar e acompanhar a execução do Contrato, segundo seu interesse, sob os aspectos qualitativos e quantitativos, relatando irregularidades, quando for o caso;

5.6 – Aplicar as sanções administrativas, quando se fizerem necessárias;

5.7 – Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA;

6 – PRAZO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO

6.1 – O contrato será de 12 (doze) meses, após assinatura do instrumento contratual, podendo ser prorrogado até o limite previsto no art. 71 da Lei nº 13.303, a critério da contratante;

6.2 – Os ensaios serão realizados uma vez por semestre, em data previamente agendada e acordada entre a CONTRATADA e o setor de SSMA da SCPAR Porto de Imbituba.

7 – RECEBIMENTO E ACEITE DO OBJETO

7.1 – Semestralmente, deverá ser entregue Relatório Técnico em até 5 dias úteis após a realização dos ensaios, em formato digital (preferencialmente pdf);

7.2 – O recebimento provisório: deve ser efetuado pelo fiscal do contrato no recebimento do documento previsto no subitem 7.1;

7.3 – Recebimento definitivo: entrega de uma via impressa do Relatório Técnico, assinado e rubricado em todas as páginas, deverá ser entregue em até 5 (cinco) dias úteis após o recebimento provisório.

8 – FORMA E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

8.1 – A nota fiscal só poderá ser emitida após a aprovação da FISCALIZAÇÃO, no recebimento definitivo descrito no subitem 7.3, referente aos serviços efetivamente realizados em cada ciclo;

8.2 – O pagamento será efetivado em até 15 (quinze) dias úteis após a emissão da nota fiscal.

